

2026

maio - junho

INFOR MATIVO

Nos destaques bimestrais, o Instituto Juruá deu início as atividades de campo do projeto Entre Rios e Saberes, participou da Semana do Meio ambiente JLPC, foi destaque na revista Science e esteve presente junto às comunidades para o avanço e fortalecimento dos acordos de pesca e da gestão dos recursos pesqueiros.

DOAR





Colaboradores envolvidos na primeira etapa de coleta de dados, na base de pesquisas e atividades do Lago Surara, município de Carauari.

Foto: André Dib, 2026.

Expedição científica no Médio Juruá marca início das atividades de campo do projeto “Entre Rios e Saberes”

Da coleta à interpretação dos dados, a iniciativa reconhece que o conhecimento da biodiversidade amazônica depende tanto das ferramentas científicas quanto da experiência acumulada por quem vive na floresta, nos rios e nas áreas de várzea.

Por: Mariel Acácio e Indiara Bessa



Entre os meses de abril e maio de 2026, o Médio Juruá recebeu a primeira expedição de campo do projeto **“Entre Rios e Saberes no cuidado comunitário da biodiversidade amazônica”**, iniciativa de pesquisa que une saberes tradicionais, ciência participativa e monitoramento ambiental para fortalecer a conservação comunitária da biodiversidade amazônica em territórios do Brasil e do Peru.

Realizada em Carauari, no Amazonas, a expedição reuniu, ao longo de aproximadamente um mês, cerca de 30 pessoas, entre pesquisadores, estudantes e colaboradores locais. O principal objetivo desta primeira etapa foi instalar parcelas de pesquisa e iniciar a coleta de dados sobre a biodiversidade da região, criando uma base para estudos de longo prazo sobre fauna, flora, ambientes aquáticos, solos e características ecológicas e socioambientais do território.





Atividades realizadas para coleta de dados.

As atividades começaram com a instalação de 15 parcelas uniformes, 12 parcelas ripárias e 26 parcelas aquáticas, totalizando 53 parcelas RAPSELD. O termo RAPSELD é uma adaptação do sistema RAPELD, metodologia de amostragem ecológica criada para integrar levantamentos rápidos de biodiversidade, conhecidos como RAP, com pesquisas ecológicas de longa duração, os PELD. No projeto, a sigla incorpora o “S” de sociobiodiversidade e socioecologia, reforçando a importância de compreender a biodiversidade amazônica em diálogo com os modos de vida, os conhecimentos e as práticas de manejo das comunidades locais.



As parcelas instaladas no Médio Juruá servirão como referência para o acompanhamento da biodiversidade ao longo do tempo. A partir delas, será possível gerar informações mais detalhadas sobre os ambientes estudados e acompanhar possíveis mudanças ecológicas, contribuindo para estratégias de conservação, manejo sustentável e fortalecimento da gestão comunitária dos territórios.



Após a instalação das parcelas, a equipe se dividiu em diferentes frentes de pesquisa. Na botânica, foram realizadas medições da altura e do diâmetro de árvores e palmeiras, além do registro de espécies vegetais utilizadas pelos moradores locais. A equipe de herpetologia realizou amostragens de anfíbios e répteis, enquanto o grupo responsável pelos mamíferos terrestres instalou armadilhas fotográficas em 27 parcelas RAPSELD para monitorar espécies de médio e grande porte.



Fotos: André Dib, 2026.



Também foram instalados gravadores autônomos para registrar a avifauna por meio das vocalizações, permitindo identificar aves presentes nos diferentes ambientes. Em todas as parcelas, foram coletadas amostras de solo para análises físicas, químicas e biológicas. Já nos ambientes aquáticos, a equipe realizou amostragens de peixes e camarões em 17 parcelas, ampliando o conhecimento sobre a diversidade dos rios, igarapés e áreas alagadas da região.

Além da produção de dados científicos, um dos pontos centrais da expedição foi a participação ativa dos povos e comunidades tradicionais em todas as etapas do trabalho de campo. Moradores locais contribuíram para a identificação de espécies, a leitura dos ambientes, a orientação nos deslocamentos e a compreensão das dinâmicas ecológicas observadas. Esse diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional é uma das bases do projeto.

A participação comunitária, no entanto, não se restringiu ao apoio logístico. Pescadores, extrativistas, jovens e colaboradores locais atuaram como parte da equipe de pesquisa, participando diretamente da coleta de dados e da construção do conhecimento em campo. Suas contribuições também deverão ser reconhecidas na produção científica gerada pelo projeto, incluindo autoria em publicações resultantes dos estudos.

O projeto prevê a instalação de dois módulos RAPSELD: um no Médio Juruá, em Carauari (Brasil), e outro no território de Nueva Cajamarca, em Sarayacu (Peru). Entre as ações previstas estão inventários de plantas, integração de

saberes tradicionais e etnoespécies, cursos, oficinas, formações técnicas, produção de materiais educativos e atividades voltadas ao fortalecimento da ciência cidadã e do manejo sustentável.

Ao colocar as comunidades no centro do processo de pesquisa, o Entre Rios e Saberes propõe uma forma de produzir ciência conectada aos territórios. Da coleta à interpretação dos dados, a iniciativa reconhece que o conhecimento da biodiversidade amazônica depende tanto das ferramentas científicas quanto da experiência acumulada por quem vive na floresta, nos rios e nas áreas de várzea.



Comunidade Marapatá, que dá acesso à base de pesquisa no Lago do Surara.

Foto: André Dib, 2026.

Este primeiro campo em Carauari representa um passo importante para a consolidação de uma rede de pesquisa colaborativa entre Brasil e Peru. Mais do que registrar espécies e ambientes, a expedição fortalece uma agenda de conservação construída com participação comunitária, valorização dos saberes locais e compromisso com o futuro da sociobiodiversidade amazônica. O projeto Entre Rios e Saberes é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Científico - CNPq, por meio da chamada Pró-Amazônia; recebe apoio do Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica - CENBAM/INPA e do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio Amazônia Ocidental.



Grupo recebe certificado de participação na Semana do Meio Ambiente JLPC.

Foto: Indiara Bessa.

Semana do Meio Ambiente JLPC reúne jovens do rio Juruá em formação, troca e fortalecimento coletivo

A semana contou com a presença de cerca de 100 jovens e uma programação intensa, que incluiu rodas de conversa, oficinas, palestras, gincana, atividades culturais e o encerramento do curso Semeando Vozes Globais. As atividades focaram na construção de habilidades práticas para fortalecer a atuação juvenil nos territórios.

Por: Indiara Bessa

Entre os dias 4 e 6 de junho, a Comunidade São Raimundo localizada na RESEX do Médio Juruá no município de Carauari-AM, recebeu a primeira edição da Semana do Meio Ambiente JLPC, organizada pelo coletivo “Jovens Lutando Pela Caminhada”. A iniciativa reuniu quase 100 jovens de mais de 10 comunidades do rio Juruá em uma programação voltada à formação, articulação comunitária, fortalecimento das organizações juvenis do território com a temática do meio ambiente e representatividade em espaços de fala. Construída a partir do protagonismo dos jovens da comunidade São Raimundo, a Semana do Meio Ambiente JLPC nasceu com o objetivo de criar um espaço de encontro entre coletivos e juventudes do





juruá, promovendo debates sobre meio ambiente, comunicação, organização social e responsabilidade coletiva dentro das comunidades. Algumas organizações como o Instituto Juruá, Sitawi, AMECSARA (Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo), ASPROC (Associação dos Produtores Rurais de Carauari) e ACFRC (Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Carauari) estiveram junto aos jovens no apoio à organização do evento.

Ao longo da semana, os participantes vivenciaram rodas de conversa, oficinas, palestras, gincanas e atividades culturais. A programação incluiu também o encerramento do curso Semeando Vozes Globais, que busca empoderá-los para representações em cúpulas globais do clima e biodiversidade, bem como fóruns regionais sobre o tema, a roda de conversa sobre meio ambiente e representatividade, momentos de reconhecimento dos coletivos de jovens do Médio Juruá e a acolhida de demandas apresentadas pelos próprios participantes.

As atividades tiveram foco no desenvolvimento de habilidades práticas para fortalecer a atuação juvenil nos territórios. Entre os temas trabalhados, cita-se: escrita e comunicação, elaboração de documentos formais, acesso a editais via coletivos, além de ferramentas para melhorar a comunicação entre jovens, comunidades e organizações parceiras.



Atividades formativas para a construção de habilidades de jovens do território.
Fotos: Indiara Bessa.



Oficinas de comunicação, captação de imagens e edição de vídeos.

Fotos: Indira Bessa.

No dia 5 de junho, a programação contou com oficina de escrita e comunicação e uma palestra sobre resíduos sólidos. Já no dia 6, os jovens participaram de mini oficinas sobre edição de vídeos pelo CapCut; abelhas meliponas nativas sem ferrão e sustentabilidade comunitária; dignidade menstrual e confecção de absorventes ecológicos. A semana foi encerrada com uma programação cultural que incluía a tradicional Gincana das Cores do JLPC .



Alguns dos jovens participantes da Gincana das Cores JLPC 2026. Foto: Indira Bessa.

Mais do que uma agenda de atividades, a Semana do Meio Ambiente JLPC marcou um momento importante de mobilização das juventudes do Juruá, fortalecendo vínculos entre as comunidades e seus coletivos, ampliou espaços de escuta e troca, e reafirmou o papel dos jovens na construção de caminhos para a gestão comunitária, a comunicação territorial e a defesa socioambiental na região.

Médio Juruá é destaque na revista Science por modelo comunitário de conservação e geração de renda

Na reportagem, Hugo Costa, co-fundador do Instituto Juruá, também é entrevistado e aponta o manejo como uma experiência que inspira esperança. Sua fala reforça a importância de apoiar iniciativas que nascem dos territórios e que mostram, na prática, que comunidades organizadas são fundamentais para conservar a Amazônia e construir alternativas econômicas sustentáveis.

Por: Indiara Bessa



*Manejo dos lagos de pirarucu no Acordo de Pesca do Baixo Carauari.
Foto: André Dib.*

O manejo comunitário do pirarucu no Médio Juruá ganhou destaque internacional em uma reportagem especial publicada pela revista Science, uma das mais reconhecidas revistas científicas do mundo. A matéria, intitulada The power of a fish, apresenta a força de um modelo construído ao longo de quase duas décadas por comunidades ribeirinhas, associações locais, pesquisadores e instituições parceiras.

O texto acompanha experiências de comunidades como São Raimundo (RESEX do Médio Juruá) e Concórdia (Acordo de Pesca do Baixo Carauari), Amazonas, mostrando como a proteção dos lagos e o manejo sustentável do pirarucu têm transformado a realidade local. A reportagem evidencia que, onde antes havia forte pressão da pesca ilegal e redução das populações de pirarucu, hoje há aumento dos estoques pesqueiros, geração de renda, fortalecimento

da organização comunitária e melhoria nas condições de vida. Mais do que uma história sobre essa espécie emblemática da Amazônia, a matéria mostra como o manejo comunitário do pirarucu se tornou uma estratégia de proteção territorial. Ao cuidar dos lagos, as comunidades também ajudam a proteger extensas áreas de floresta, rios e ambientes de várzea, contribuindo para a conservação da biodiversidade, para a organização social e para a defesa dos territórios frente a ameaças como invasões, pesca ilegal e outras pressões externas. A reportagem também destaca resultados concretos alcançados ao longo do tempo. Em comunidades envolvidas no manejo, a renda gerada pela comercialização do pirarucu tem contribuído para melhorias coletivas, como acesso à energia, infraestrutura comunitária, educação, comunicação e maior permanência das famílias em seus territórios.

Esses avanços mostram que a conservação pode caminhar junto com qualidade de vida quando as comunidades estão no centro das decisões.

Esse é um dos pontos mais importantes do trabalho desenvolvido no Médio Juruá: o conhecimento tradicional e a ciência não aparecem como caminhos separados, mas como saberes que se fortalecem mutuamente. A contagem dos peixes, a vigilância dos lagos, a definição das cotas de pesca e a organização das atividades envolvem diretamente moradores e moradoras, guardiões, pescadores, lideranças e associações comunitárias.

Na reportagem, Hugo Costa, co-fundador do Instituto Juruá, também é entrevistado e aponta o manejo como uma experiência que inspira esperança. Sua fala reforça a importância de apoiar iniciativas que nascem dos territórios e que mostram, na prática, que comunidades organizadas são fundamentais para conservar a Amazônia e construir alternativas econômicas sustentáveis.



O trabalho do Instituto Juruá dialoga diretamente com essa trajetória. A atuação da instituição tem se consolidado a partir da assessoria técnica, do desenvolvimento de pesquisa aplicada, do fortalecimento das associações locais e da construção conjunta de soluções voltadas à gestão dos territórios e dos recursos naturais. No caso do pirarucu, esse apoio se soma ao protagonismo das comunidades e das organizações locais, que conduzem o manejo e sustentam, ano após ano, os resultados alcançados.

A publicação na Science representa um reconhecimento internacional de uma história que vem sendo construída há muito tempo no Médio Juruá. Uma história de organização comunitária, ciência colaborativa, proteção dos territórios e valorização dos modos de vida ribeirinhos.

Mais do que o “poder de um peixe”, como sugere o título da reportagem, o que se revela é a potência das comunidades amazônicas quando seus direitos, conhecimentos e formas de gestão são respeitados e fortalecidos.



Comunidade Refúgio unida para a criação do Regimento Interno.

Foto: Neyde do Carmo.

Comunidades avançam no fortalecimento dos acordos de pesca e da gestão participativa dos recursos pesqueiros

Equipes do Instituto Juruá estiveram presentes em diferentes territórios do Amazonas, ribeirinhos e indígenas, para planejar o manejo sustentável do pirarucu, revisar acordos e regimentos internos e garantir a conservação dos lagos e a governança territorial para a sociobioeconomia.

Por: Indiara Bessa, com contribuições de Neyde do Carmo e Victoria Paula

Entre os meses de maio e junho de 2026, equipes do Instituto Juruá estiveram presentes em diferentes territórios do Amazonas para realizar atividades voltadas ao fortalecimento dos acordos de pesca, à governança comunitária e ao manejo sustentável dos recursos pesqueiros. As ações envolveram comunidades, associações, lideranças indígenas, manejadores, instituições parceiras e órgãos públicos em processos de avaliação, planejamento, construção de regras coletivas e diálogo sobre novas estratégias de proteção dos ambientes aquáticos. Essas iniciativas reforçam a importância dos acordos de pesca como instrumentos

fundamentais para a conservação dos lagos, a organização comunitária, a segurança alimentar, a geração de renda sustentável e a proteção territorial. Em cada território, os debates partiram das realidades locais e das demandas apresentadas pelas próprias comunidades, fortalecendo processos participativos de tomada de decisão. Em Itamarati, representantes do Comitê Gestor da Pesca se reuniram para avaliar a Pesca Experimental Manejada de 2025 do acordo de pesca do município. O encontro, realizado no dia 29 de maio, permitiu analisar os resultados alcançados, os desafios enfrentados e os encaminhamentos necessários para o planejamento da pesca de 2026.



A avaliação destacou o cumprimento integral da cota de pirarucu prevista para 2025, resultado que evidencia o compromisso dos manejadores com as práticas de manejo sustentável. Também foram discutidas melhorias relacionadas à logística, comunicação, infraestrutura, transporte, comercialização e apoio às equipes comunitárias envolvidas na atividade.

Ainda em Itamarati, a Comunidade Refúgio realizou, nos dias 26 e 27 de maio, uma oficina participativa para construção do Regimento Interno do Manejo dos Lagos. O

documento estabelece regras coletivas para vigilância, monitoramento, contagem de pirarucu, pesca manejada, comercialização, divisão dos benefícios, prestação de contas e aplicação de penalidades. A atividade também abriu espaço para o diálogo sobre os lagos compartilhados entre as comunidades Refúgio e Iracema, buscando superar conflitos e fortalecer a cooperação na gestão dos ambientes manejados. A construção do regimento representa um passo importante para a consolidação da governança comunitária e para a continuidade do manejo nos próximos anos.



Atividades no Acordo de Pesca do Encontro da RDS Piagaçu-Purus, em Beruri



Fotos: Victoria Paula.

As ações também chegaram ao entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, no município de Beruri. Entre os dias 22 e 24 de maio, o Instituto Juruá, em parceria com a TNC Brasil, realizou reuniões em seis comunidades interessadas no acordo de pesca da região. Os encontros deram continuidade ao diálogo iniciado em 2024, quando foi elaborado um diagnóstico participativo que apontou a necessidade de revisar as regras existentes e incluir novas comunidades no processo. Durante as conversas, os comunitários reafirmaram o interesse na revisão do acordo e manifestaram o desejo de avançar em iniciativas como manejo do pirarucu, piscicultura sustentável e pesca comercial e ornamental de base comunitária.



Já no município de Carauari, entre os dias 19 e 23 de maio, comunidades do acordo de pesca da região abaixo da sede avançaram na construção e revisão de seus Regimentos Internos. A expedição contou com representantes da AMAB, Instituto Juruá, ICMBio e ASPROC, e contemplou oito comunidades. Três delas irão realizar pela primeira vez a pesca de seus ambientes manejados em 2026, enquanto outras cinco revisaram e atualizaram normas já existentes. Durante as reuniões, os comunitários discutiram critérios de participação, responsabilidades dos manejadores, vigilância dos lagos, prestação de contas, resolução de conflitos e fortalecimento dos acordos comunitários.



Na Terra Indígena Kulina do Rio Ueré, em Carauari, o diálogo sobre recursos pesqueiros também ganhou novos desdobramentos. Entre os dias 11 e 14 de maio, durante a II Assembleia Geral da Associação Indígena do Povo Kulina do Rio Ueré, realizada na Aldeia Matatibem, lideranças indígenas, professores, jovens, mulheres e representantes comunitários discutiram temas relacionados ao manejo participativo de pirarucu, vigilância territorial e ordenamento pesqueiro. As lideranças relataram preocupações com invasões, pesca predatória, caça ilegal, retirada irregular de madeira e circulação de pessoas externas no território. Como encaminhamento, foi iniciado um levantamento participativo das áreas de pesca e o processo de zoneamento dos lagos, criando uma base importante para futuras ações de planejamento territorial e proteção dos recursos naturais.



Participação do Instituto Juruá na assembleia da AIPOKRU (Associação Indígena do Povo Kulina do Rio Ueré).
Foto: José da Silva Gomes.



Registro do Encontro de Avaliação e Planejamento do Manejo de Lagos do Médio Juruá, organizado pela ASPROC e parceiros, na base Bauana.

Foto: Neyde do Carmo.

Encerrando esse ciclo de atividades, a Comunidade Bauana sediou, entre os dias 1º e 3 de junho, o Encontro de Avaliação e Planejamento do Manejo de Lagos do Médio Juruá, tradicionalmente organizado pela ASPROC (Associação dos Produtores Rurais de Carauari) e parceiros. A atividade reuniu aproximadamente 225 participantes, entre comunitários, manejadores, lideranças, associações e instituições parceiras. Ao longo dos três dias, foram avaliados os resultados do Programa de Manejo de Lagos e discutidos desafios relacionados à vigilância, infraestrutura, comercialização do pescado, mudanças climáticas, participação de jovens e mulheres, proteção dos lagos e fortalecimento dos acordos de pesca. Os encaminhamentos definidos no encontro irão orientar as ações do programa ao longo de 2026 e 2027.

Em conjunto, essas atividades demonstram a força dos processos construídos a partir dos territórios. Mais do que instrumentos de ordenamento, os acordos de pesca e os regimentos internos fortalecem a autonomia das comunidades, ampliam a participação social e contribuem para a conservação dos recursos pesqueiros. Ao apoiar esses processos, o Instituto Juruá reafirma seu compromisso com iniciativas que valorizam os modos de vida das populações locais e fortalecem a gestão comunitária dos ambientes aquáticos na Amazônia.





iNDICA

COPA DO MUNDO

Ruas da Copa em Manaus fazem a torcida vibrar com a seleção brasileira! Consideradas Patrimônio Cultural Imaterial do município, pela [Lei nº 2.994/2022](#), a tradição comunitária existente há mais de 40 anos se renova a cada copa do mundo. Das diversas ruas da copa manauaras, quatro são tombadas: Rua 24 de Agosto (Morro da Liberdade), Rua Santa Isabel (Praça 14 de Janeiro), Rua Leonardo Malcher (Aparecida) e Rua Professora Isaura Barroncas (Alvorada I). A legislação incentiva sua perpetuação e preservação cultural como legado para as futuras gerações. Confira algumas ruas em destaque na [matéria do portal GE](#) e prestigie esse movimento artístico cultural, que nesta copa conta com exibição de jogos e muita convivência no espaço público!

59º FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS

Boi Caprichoso é campeão do 59º Festival FolclóricodeParintins.Comotema“Brinquedo que Canta Seu Chão”, o boi caprichoso conquistou o 27º título de sua trajetória. Resultado foi divulgado na apuração realizada na segunda-feira (29/06) no Bumbódromo, em Parintins. Na apuração, são avaliados 21 itens que pontuam para a composição da nota final de cada noite de apresentação. São três noites de apresentações que reúnem milhares de pessoas na ilha para torcer pelo boi garantido e boi caprichoso na busca pelo título. Confira todas as noites do festival no portal da TV A Crítica no Youtube ([Playlist Festival de Parintins 2026](#)).



Equipe de comunicação do Instituto Juruá:
Indiara Bessa, Luiane Canavarro, Maria Cunha e Nathália Messina

Diagramação: Luiane Canavarro

Nosso endereço de contato:
contato@institutojuru.org.br